

Teorias da justiça:

Justiça e exclusão



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Teorias da justiça:

Justiça e exclusão



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Teorias da justiça: justiça e exclusão

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Teorias da justiça: justiça e exclusão / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-449-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.495213008>

1. Justiça. 2. Exclusão. 3. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.
CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **TEORIAS DA JUSTIÇA: JUSTIÇA E EXCLUSÃO**, coletânea de quinze capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito constitucional e direitos humanos; estudos em políticas públicas e grupos de minorias; e estudos em direito empresarial e direito tributário.

Estudos em direito constitucional e direitos humanos traz análises sobre eutanásia, democracia, decolonialidade, povos indígenas, violações e ditadura militar, além de reforma agrária.

Em estudos em políticas públicas e grupos de minorias são verificadas contribuições que versam sobre políticas públicas e sujeitos sociais como crianças, adolescentes, idosos, população em situação de rua, mulheres e surdos.

No terceiro momento, estudos em direito empresarial e direito tributário, temos leituras sobre compliance, EIRELI, MEI e elisão fiscal das empresas transnacionais.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A LEGITIMAÇÃO NEOCONSTITUCIONALISTA DA EUTANÁSIA NO BRASIL E NA ESPANHA

Rainer Jerônimo Roweder

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4952130081>

CAPÍTULO 2..... 14

GÊNERO, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE

Aimê Barbosa Martins Bast

Fábio da Silva Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4952130082>

CAPÍTULO 3..... 26

O RENASCER DOS POVOS INDÍGENAS PARA O DIREITO NO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Joniel Vieira de Abreu

Rose Melry Maceió de Freitas Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4952130083>

CAPÍTULO 4..... 42

O RESGATE DA HISTÓRIA A PARTIR DOS RELATOS DOS SOBREVIVENTES: ATOS DE DESAPARECIMENTOS, SEQUESTROS, MORTES, OCULTAÇÃO DE CADÁVERES E TORTURAS

Alef Felipe Meier

Luane Flores Chuquel

Ivo dos Santos Canabarro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4952130084>

CAPÍTULO 5..... 57

AINDA OS CATIVEIROS DE PAPEL: DA REFORMA AGRÁRIA SONHADA À SUBMISSÃO AO TEMPO SOCIAL DO CAPITALISMO INDUSTRIAL POR AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO DE TRÊS LAGOAS/MS

Cláudio Ribeiro Lopes

Napoleão Miranda

Thatiana de Andrade Figueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4952130085>

CAPÍTULO 6..... 68

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE A PARTICIPAÇÃO DELIBERATIVA E O PLURALISMO JURÍDICO

Helio Gustavo Mussoi

Doacir Gonçalves de Quadros

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4952130086>

CAPÍTULO 7.....	92
AS RELAÇÕES RURAIS E URBANAS AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ASSENTAMENTOS RURAIS	
Rodrigo da Silva Bezerra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4952130087	
CAPÍTULO 8.....	102
A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS NO ABANDONO AFETIVO INVERSO	
Damião Junio Pereira Bonifacio	
Jullyana de Carvalho Ribeiro	
Marcelo Batista de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4952130088	
CAPÍTULO 9.....	120
“NÃO TINHA TETO, NÃO TINHA NADA”: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DO DISCURSO DECISÓRIO COMO BARREIRA AO ACESSO À JUSTIÇA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM PETROLINA/PE	
Géssika Priscilla Castro Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4952130089	
CAPÍTULO 10.....	135
PRÓ-MULHER: PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E APOIO À MULHER VÍTIMA DE AGRESSÃO E SEUS FAMILIARES	
Vânia Lúcia Pestana Sant’Ana	
Débora Barbosa de Deus	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.49521300810	
CAPÍTULO 11.....	148
QUAIS OS CAMINHOS QUE GARANTEM A INCLUSÃO DOS SURDOS NA ERA DIGITAL	
Anna Carolina Junqueira Garcia	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.49521300811	
CAPÍTULO 12.....	170
COMPLIANCE: EXIGÊNCIAS AOS CONTRATOS EMPRESARIAIS MODERNOS	
Luiz Carlos Schilling	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.49521300812	
CAPÍTULO 13.....	182
OS IMPACTOS DA REGULAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL NA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) E NO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	
Alessandra Cristina Furlan	
Ana Elisa Fernandes dos Santos Cardoso	
Breno Eduardo dos Santos	
Josenildo da Silva Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.49521300813	

CAPÍTULO 14.....	199
ANÁLISE CRÍTICA DA NATUREZA JURÍDICA DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	
Andrea Cristina Martins	
Lucia Cortes da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.49521300814	
CAPÍTULO 15.....	211
ACORDOS INTERNACIONAIS CONTRA A BITRIBUTAÇÃO: UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO JURÍDICA PARA A ELISÃO FISCAL DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS	
Amanda Silveira Abreu	
Bruna Martinelli Sobreira da Rocha	
Julia Fontes Lyra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.49521300815	
SOBRE O ORGANIZADOR	222
ÍNDICE REMISSIVO.....	223

PRÓ-MULHER: PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E APOIO À MULHER VÍTIMA DE AGRESSÃO E SEUS FAMILIARES

Data de aceite: 25/08/2021

Data de submissão: 21/06/2021

Vânia Lúcia Pestana Sant'Ana

Diretora clínica do Instituto Maringaense de Psicologia Analítico Comportamental (IMPAC)
Docente Universidade Estadual de Maringá (UEM)-Aposentada
Maringá-PR
<http://lattes.cnpq.br/8160460050465513>

Débora Barbosa de Deus

Docente Centro Universitário Cidade Verde (UniFCV) e psicóloga clínica IMPAC
Maringá-PR
<http://lattes.cnpq.br/368720586410996>

RESUMO: A violência contra a mulher tem sido pauta de políticas públicas brasileiras desde os anos 1990 em decorrência de sua crescente relevância como problema de saúde física e psicológica em nível nacional. Nesse contexto, o presente trabalho descreve as atividades realizadas em um programa de prevenção e apoio às vítimas e autores de violência doméstica, realizado na Universidade Estadual de Maringá, como Projeto de Extensão desenvolvido com o apoio da 5ª Vara Criminal, da Secretaria Municipal da Mulher (SERMULHER) e da Unidade de Psicologia Aplicada (UPA) da referida Universidade, sendo que os dois primeiros encaminham as pessoas na condição prevista pela equipe de psicologia. O objetivo do programa foi 1) promover a conscientização

das mulheres em situação de violência doméstica de sua igualdade aos homens em direitos e deveres, 2) modelagem de padrões comportamentais não violentos em homens autores de violência e 3) ações de prevenção à violência doméstica em ambos, agressores e agredidas. Os atendimentos, divididos em duas etapas, foram realizados individualmente com as mulheres e em grupos com os homens para os quais seguiu-se um protocolo padronizado. Este protocolo consistiu em quatro sessões terapêuticas individuais e oito em grupo. Tais atendimentos foram realizados por psicólogos e estagiários participantes do projeto (*) sob orientação e supervisão da coordenadora do projeto (**). Na primeira etapa, buscou-se criar um sólido vínculo terapêutico e realizar a coleta de dados do histórico de vida e dos padrões afetivo e amoroso dos participantes. A segunda etapa foi centrada em criar condições para a ocorrência de comportamentos interpessoais não violentos. As mulheres foram atendidas com foco em seu desenvolvimento como pessoas com direito a uma vida de bem estar livres de agressões de qualquer natureza e aptas a dirigir seus comportamentos de acordo com suas convicções e desejos. Para que comportamentos masculinos não violentos fossem adquiridos abordaram-se os seguintes temas: autoconhecimento (expressividade emocional), subjetividade, autocontrole, empatia e assertividade, por meio de atividades teóricas e práticas. Dados quantitativos e qualitativos do projeto foram discutidos com os representantes dos órgãos envolvidos no projeto visando sua futura utilização no planejamento de políticas

públicas locais de combate à violência contra a mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica, violência de gênero, políticas públicas, violência contra a mulher.

PRO-WOMAN: VIOLENCE PREVENTION PROGRAM AND SUPPORT FOR WOMEN VICTIMS OF ASSAULT AND THEIR FAMILIES

ABSTRACT: Violence against women has been the agenda of Brazilian public policies since the 1990s due to its growing relevance as a physical and psychological at the national level. In this context, this work describes the activities carried out in a prevention and support program for victims and perpetrators of domestic violence, carried out at the State University of Maringá, as an Extension Project developed with the support of the 5th Criminal Court, the Municipal Secretariat for Women (SERMULHER) and the Applied Psychology Unit (UPA) of that University, and the first two referred people in the condition foreseen by the psychology team. The objective of the program was 1) to promote awareness of women in situations of domestic violence of their equality with men in rights and duties, 2) modeling of non-violent behavioral patterns in male perpetrators and 3) actions to prevent domestic violence in both aggressors and battered. The consultations, divided into two stages, were carried out individually with the women and in groups with the men, for which a standardized protocol was followed. This protocol consisted of four individual and eight group therapy sessions. Such assistance was carried out by psychologists and trainees participating in the project (*) under the guidance and supervision of the project coordinator (**). In the first stage, we sought to create a solid therapeutic bond and collect data on the participants' life history and affective and loving patterns. The second stage was focused on creating conditions for the occurrence of non-violent interpersonal behaviors. The women were attended with a focus on their development as people entitled to a life of well-being free from aggression of any kind and able to direct their behavior according to their convictions and desires. For non-violent male behaviors to be acquired, the following themes were addressed: self-knowledge (emotional expressiveness), subjectivity, self-control, empathy and assertiveness, through theoretical and practical activities. Quantitative and qualitative data from the project were discussed with representatives of the bodies involved in the project, with a view to its future use in planning local public policies to combat violence against women.

KEYWORDS: Domestic violence, gender violence, public policies, violence against women.

INTRODUÇÃO

A violência é definida como o “uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento e privação”, (OMS,1996, p.5). A violência contra a mulher passou a ser considerada uma questão de saúde pública há poucas décadas e neste sentido tem se tornado pauta para o planejamento de políticas públicas que atendam a demanda de pessoas envolvidas em episódios de violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher. A partir dos anos 1990 esse tipo de violência tornou-se alvo de discussão em níveis

internacional e nacional resultando em implementação de medidas com diferentes graus de efetividade. (Garcia-Moreno et al, 2005; Gomes et al, 2005; Fontana; Santos, 2001).

A violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher é um fenômeno que vige na sociedade brasileira como o reflexo de um conjunto de práticas sociais que estabelece uma relação de opressão e subordinação das mulheres em relação aos homens. A Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher considera que a violência doméstica (contra a mulher) é “todo ato baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher tanto na esfera pública como privada” (Brasil, 1996, p. 2).

Após séculos de violência contra a mulher no Brasil, nas quais esta era considerada propriedade de um homem: pai, marido, irmãos ou filhos que podiam dispor de seu corpo e até mesmo de sua vida de acordo com suas conveniências e que conferiam a ela condições de inferioridade e vulnerabilidade (Teles, 2007), foi promulgada a Lei Maria da Penha (Lei 11.390/06), que tem como objetivo “coibir e prevenir a violência de gênero no âmbito doméstico, familiar ou de uma relação íntima de afeto” (Brasil, 2006, p. 11).

A execução desse objetivo se daria, segundo a Lei, por meio da elaboração de políticas públicas para enfrentar essa violência, da criação de “centros de atendimento para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar” (Brasil, 2006, p. 29) e de “centros de educação e de reabilitação para os agressores” (Brasil, 2006, p. 29). Essa lei buscava atender reivindicações antigas de grupos feministas e progressistas sobre os direitos das mulheres em igualdade com os dos homens e teve como ponto culminante a agressão de um homem contra uma mulher que ficou paraplégica como decorrência da agressão e que após anos de luta judicial deu nome à Lei: Maria da Penha. Embora tenha sido um passo importante na punição dos agressores foi insuficiente para impedir atos de violência contra as mulheres e, ainda hoje, as agressões são frequentes. Em nota técnica o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) publicou documento que mostra que em 2020 houve um aumento de 22,2% no número de feminicídio, em comparação ao ano anterior. A reprodução desse padrão de violência contra a mulher tem gerado preocupação tanto do Estado, na elaboração de políticas públicas voltadas a essa questão, quanto dos demais setores da sociedade incumbidos de fazer valer as políticas e a legislação que visam coibi-lo.

Observa-se que, apesar da existência de políticas públicas e órgãos específicos para o atendimento à mulher vítima de violência, ainda há uma grande demanda por programas de prevenção, serviços de proteção e acolhimento às vítimas e, também, por cursos formação e capacitação de profissionais dessas áreas (Lisboa; Nothhaft, 2018; Hasse; Vieira, 2014, 2017; CFEMEA, 2014).

Pode-se considerar que mudanças em padrões de comportamentos dependem de como foram as relações entre esses comportamentos e suas consequências. Quanto mais consistentes e duradouras tiverem sido as consequências positivamente reforçadoras

desses padrões, maior a intermitência dessas consequências e quanto maior a concordância com os valores ou regras do grupo ao qual o indivíduo pertence, maior a dificuldade para a mudança. Dessa forma, sob a perspectiva analítico comportamental os comportamentos são selecionados e controlados pelas suas consequências. Tais comportamentos são denominados operantes por Skinner (2003), e são aqueles que têm uma relação de reciprocidade com o ambiente: mudam o ambiente e são, por sua vez, modificados por ele. Compreende-se ainda que o comportamento humano é determinado pelos níveis de seleção: filogenético (característico da espécie) e ontogenético (a história daquele indivíduo em particular). Tem-se, assim, que embora único em sua história ontogenética, os humanos compartilham padrões comportamentais que obedecem aos mesmos princípios básicos dos demais indivíduos e têm propriedades que se mantêm constantes, como por exemplo, a necessidade de estabelecer relações sociais.

Além dos dois níveis citados anteriormente o comportamento também é determinado pela história social característica de um determinado grupo. Este nível de seleção, denominado cultura, surge a partir do comportamento verbal (Skinner, 1957; Moreira, 2013), que é explicado pela noção de comportamento que produz consequências mediadas por indivíduos de uma comunidade. Cada comunidade ou grupo consequenciará positivamente aqueles comportamentos que se mostrassem relevantes ou importantes para a sobrevivência dos seus indivíduos. Os eventos comportamentais se adaptariam, assim, aos diferentes meios ou condições sociais produzindo práticas culturais características daquele grupo.

Considerando essas diferenças, Skinner (2003, p.395) afirma que “os ambientes têm probabilidade de mostrar mais diferenças que similaridades, grande número das quais pode ser atribuído às variáveis culturais. O resultado, é claro, é um alto grau de individualidade”.

Embora uma cultura, em um sentido amplo, possa ser caracterizada por condições dispostas por pessoas que geram efeitos no comportamento de um indivíduo e ser entendida como um conjunto de condições particulares sob as quais muitas pessoas convivem (Godinho, 2011) ela também traz diferenças entre seus indivíduos a partir da susceptibilidade de cada um ao reforçamento fornecido pelos membros do grupo.

Assim, a individualidade se constituiria da mesma forma que as demais características de um indivíduo ou grupo: pelas consequências imediatas à resposta¹ que interferem na frequência de sua ocorrência. Além disso, é possível verificar que, por vezes, ainda que o indivíduo não tenha sido exposto a uma determinada contingência ele pode ser capaz de descrevê-la e, também, se comportar em relação a ela. Ao emitir tal comportamento é preciso recorrer a uma explicação que analise não só as contingências individuais, mas que considere as contingências entrelaçadas fornecidas pela cultura em que o indivíduo está inserido (Glenn, 1986) e que são responsáveis pela transmissão de padrões culturais que sobrevivem (ou se extinguem) em diversos ambientes humanos através das diferentes

¹ Neste texto serão considerados sinônimos os termos resposta e comportamento.

gerações.

Skinner (2003, p.403) afirma que “uma dada cultura [...] é um conjunto particular de condições no qual um grande número de pessoas se desenvolve e vive. Essas condições geram os padrões ou aspectos do comportamento – o caráter cultural – [...]”. Assim, o caráter cultural compreende as condições particulares, que geram os padrões culturais em um grupo social. A cultura pode ser o ponto de partida para gerar ou para ampliar um repertório de forma a ficar mais extenso e complexo naqueles indivíduos pertencentes a um grupo social específico.

Alguns exemplos da influência cultural para ampliação de repertório são a postura ética, as habilidades sociais e soluções verbais para problemas no controle pessoal. Assim, “torna-se fundamental o estudo dos fenômenos sociais visando identificar as variáveis que determinam e mantêm o comportamento em sociedade” (Moreira, 2013, p.11).

Para Skinner (2003), como já citado, o comportamento social é aquele que necessita de mediação de outro indivíduo. Além disso, a história de vida de um indivíduo sobrevive quando transmitida a outros indivíduos, ou seja, é preciso que ocorra aprendizagem social. O comportamento de um indivíduo que é replicado por outros se constituirá nas práticas culturais, as quais serão transmitidas para outros grupos de indivíduos ou ao longo de gerações futuras. Uma vez que o grupo será sempre constituído de indivíduos que se comportam, o fenômeno social é considerado passível de estudo por uma ciência natural, haja vista que as mesmas leis que regem o comportamento de indivíduos regem, também, o comportamento social (Moreira, 2013, p.12).

Para entender os fenômenos sociais é necessário considerar que os conteúdos das práticas culturais de alguns indivíduos apresentam similaridade com outros. Dessa forma, segundo Glenn (2004, p.142) “o termo *prática cultural* se refere a padrões similares de conteúdo comportamental”, e “entender como práticas culturais surgem, se transformam, perpetuam ou deixam de existir é o primeiro passo para se poder, em algum grau, interferir nesse processo” (Moreira,2013, p.10). Assim, pode-se afirmar que se faz necessária a compreensão das práticas culturais, bem como de seu desenvolvimento, para que se torne possíveis a obtenção de mudanças efetivas e inovações planejadas, para além de práticas que sejam produtos acidentais de uma comunidade.

Ao considerar a violência contra a mulher um comportamento que se mantém por um longo período de tempo e que ocorre em diferentes ambientes pode-se inferir que esta se constitui como uma prática cultural transmitida ou aprendida tanto por descrições verbais quanto por observação direta sobre resolução de conflitos. A aprendizagem de práticas alternativas incompatíveis com a agressão para a resolução de conflitos pode ser um caminho para uma redução da frequência e magnitude do padrão de violência contra a mulher. E pode-se salientar, também, que as práticas alternativas fornecem às mulheres a possibilidade de aprenderem um repertório específico que as capacitem a se afastar de um padrão de submissão e risco de sofrerem agressões em suas relações.

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a violência contra a mulher em ambiente doméstico dando destaque a um trabalho realizado com pessoas envolvidas em episódios de violência contra a mulher, a partir da prática desenvolvida no projeto de extensão Pró-Mulher em uma perspectiva de direitos e deveres das mulheres e de alternativas comportamentais (não agressivas) para os homens. Além disso, o projeto oportunizou a dinâmica universidade-comunidade, o que é relevante para a formação dos estudantes. Tendo como referência teórica os pressupostos da teoria analítico comportamental buscou-se a elaboração de um projeto que contivesse a prática dessa teoria na formulação dos objetivos, quais sejam, o aumento de frequência de comportamentos incompatíveis com a agressão tanto de mulheres agredidas quanto de homens agressores.

Tal projeto foi desenvolvido por acadêmicos² do 1º ao 5º ano do curso de psicologia da Universidade Estadual de Maringá, profissionais recém-formados em psicologia e uma docente da mesma instituição. Além do apoio da Secretaria Municipal da Mulher (SEMULHER), e 5ª Vara Criminal da comarca de Maringá, o projeto contou também com apoio da Unidade de Psicologia Aplicada-UEM (UPA-UEM) que disponibilizou sua estrutura para o contato e atendimentos dos envolvidos nos episódios de violência e para as reuniões semanais de equipe.

METODOLOGIA

O projeto de extensão “Pró-Mulher: programa de prevenção à violência e apoio à mulher vítima de agressão e seus familiares” foi desenvolvido nas dependências da Unidade de Psicologia Aplicada (UPA) – Clínica Escola de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Durante a vigência do projeto foram atendidas cerca de 200 pessoas anualmente, entre homens e mulheres, envolvidas em relações violentas atuais ou recentes. Os atendimentos a essa população ocorreram em salas de atendimento individual e em grupo da UPA, que são equipadas com cadeiras, mesa, aparelho de som, aparelho multimídia e laptop, equipamentos necessários para o desenvolvimento dos procedimentos executados. As mulheres atendidas pelo projeto foram, em sua maioria, encaminhadas pela Secretaria Municipal da Mulher (SEMULHER), Delegacia da Mulher e Centro de Referência da Mulher (CRAM). Um menor contingente adveio de ações de prevenção à violência realizadas em escolas e empresas privadas e uma minoria buscou o atendimento por conta própria. Os atendimentos às mulheres foram realizados de forma individual e tinham como foco seu desenvolvimento como pessoas com direito a uma vida de bem estar livres de agressões de qualquer natureza e aptas a dirigir seus comportamentos de acordo com suas convicções e desejos.

Os homens autores de violência doméstica e familiar, por outro lado, foram encaminhados judicialmente como uma das medidas protetivas de urgência, previstas pela

² Mais informações sobre os participantes poderão ser obtidas junto às autoras do texto, via e-mail.

Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) em casos de crimes contra a mulher. Dessa forma, os homens foram encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra a Crianças e Idosos de Maringá (5º Vara Criminal) ao Projeto Pró-Mulher. Tal encaminhamento conferia ao projeto Pró-Mulher, o papel de “centro de educação e reabilitação para os agressores” previsto no parágrafo único do artigo 45 da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006 p.33). Diferentemente do atendimento às mulheres, o atendimento aos homens ocorreu de forma padronizada, constituindo um protocolo de atendimento.

O protocolo consistiu em doze sessões semanais ao longo de três meses, divididas em duas fases, sendo a primeira fase individual, composta de quatro sessões com duração de cinquenta minutos cada uma, e a segunda fase em grupo, com oito sessões e duração de noventa minutos cada uma. Em ambas as fases os atendimentos foram realizados por um dos profissionais em conjunto com dois estagiários de equipe.

Buscou-se, na primeira fase, a construção de uma relação de confiança (vínculo terapêutico) e a coleta de dados a respeito do histórico de relacionamentos interpessoais e amorosos. Na segunda fase, foram realizadas oito sessões em grupo com duração de uma hora e trinta minutos, coordenadas por um dos profissionais do projeto com experiência no atendimento de homens autores de violência doméstica ou intrafamiliar e um estagiário.

Os encontros em grupo objetivaram criar condições para a ocorrência e análise de comportamentos que configuram requisitos para um comportamento socialmente habilidoso, sobretudo não violento (Del Prette, Del Prette, 2003; Villa, Del Prette, 2018). Tais requisitos foram: autoconhecimento (expressividade emocional), autocontrole, empatia e assertividade. Cada um dos temas-habilidades foi abordado em dois encontros com 1) discussão teórica sobre o conceito ou habilidade alvo; e 2) atividades práticas: treinamento de identificação ou proposição de contexto para emissão do comportamento ou habilidade alvo. Embora o atendimento às mulheres não tenha sido organizado como um protocolo, os mesmos temas foram abordados e discutidos nas sessões individuais.

Além dos atendimentos psicológicos, foram realizadas ações em escolas e empresas privadas informando sobre as características e os impactos de relações violentas e/ou abusivas para a saúde mental e a existência de um serviço gratuito de atendimento psicológico a pessoas em situação de violência doméstica.

DISCUSSÃO

O organismo humano tem como uma de suas características o estabelecimento de relações sociais nas quais aprende e se desenvolve com seus pares a cada geração e, apesar dos limites biológicos (próprios a cada organismo), o comportamento humano acaba por se adaptar de acordo com os eventos ambientais atuais (Moreira, 2013). Nessa aprendizagem fica evidente a suscetibilidade do comportamento à seleção operante. Esta

seleção não depende, estritamente, de que os eventos ambientais sejam sociais, contudo, a preponderância de eventos sociais nas contingências torna o cenário propício para o início do fenômeno cultural (Moreira, 2013).

Os comportamentos característicos de um grupo (eventos sociais) se mantêm nas ações que acontecem em contingências que se estendem da classificação ética do que é “certo” e “errado” para usos e costumes estabelecidos por este mesmo grupo. Com isso, o indivíduo que está em conformidade com os padrões de conduta do grupo, acaba por dar apoio a este padrão quando passa a classificar de modo similar o comportamento dos outros, já contribuindo para o padrão de comparação com os demais. Assim, “uma vez originado um costume, uso ou estilo, portanto, o sistema social que o observa parece ser razoavelmente automantenedor” (Skinner, 2003, p. 392).

Pode-se considerar que a violência perpetrada contra as mulheres está inserida em um contexto histórico que a naturalizou e foi transmitido tanto por descrições verbais quanto por observações diretas e pictóricas através de gerações, constituindo-se em um padrão de conduta socialmente estabelecida. Não cabe na presente discussão levantar e considerar as inúmeras variáveis que propiciaram a instalação e manutenção de tais padrões, mas pode-se afirmar que eles foram e são mantidos pelos mesmos princípios que regem todos os outros comportamentos humanos e são, portanto, passíveis de mudanças desde que as suas variáveis mantenedoras sejam alteradas.

Dentre essas variáveis podemos considerar as mudanças na legislação (eg. Lei 11.390/06) que propõe uma proteção às mulheres em situação de violência e pune seus agressores como um marco para a alteração de comportamentos violentos contra as mulheres. Isto porque essa legislação é um primeiro parâmetro social que estabelece limites a serem seguidos nas relações interpessoais estendendo seus efeitos para além das relações conjugais ou amorosas e atingindo todos os contextos possíveis entre homens e mulheres.

Segundo Skinner (1983) a cultura é o ambiente social, posto que os indivíduos, que nele vivem, têm seu comportamento modelado pelos costumes e demais práticas que são habituais de determinado grupo. Dessa forma, apenas a mudança na legislação brasileira pode ser insuficiente para alterar padrões comportamentais tão fortemente estabelecidos como os de violência contra a mulher exigindo, assim, outras alternativas de atuação, como projetos de prevenção e promoção de cuidados, desenvolvidos na esfera privada e/ou pública.

Considerando a demanda que se estabelece com os casos de violência contra a mulher e a possibilidade de novas práticas culturais (facilitadoras ou vantajosas – neste caso para as mulheres dos grupos sociais), aponta-se a possibilidade de intervenções para atender tais casos com trabalhos/projetos, como é o caso do Pró-Mulher, os quais são importantes para promover mudanças – individuais e coletivas – além de fornecerem dados para pesquisas, análise e intervenção.

As atividades desenvolvidas ao longo do Pró-Mulher, configuram a possibilidade de mudanças comportamentais se constituírem em práticas culturais gerando o exercício de padrões de comportamentos incompatíveis com a violência tanto nas mulheres quanto nos homens que passaram pelas atividades do projeto. A proposta ofertada implicava: (i) suporte psicológico às mulheres em situação de violência, visando a alteração das condições mantenedoras da violência; (ii) atendimento aos homens autores da violência doméstica e familiar encaminhados pela 5ª Vara Criminal de Maringá, visando remodelar padrões de comportamentos violentos. O projeto aqui descrito reiterou alguns dos princípios orientadores da Política Nacional para Mulheres (Brasil, 2004): a busca de igualdade entre mulheres e homens e a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado ensejando a possibilidade, ainda que em caráter incipiente, de uma mudança na prática comportamental das pessoas envolvidas.

Na relação entre padrões culturais e a ocorrência de violência contra mulher, ressalta-se que as diferenças de gênero³ são fatores de risco e que sujeitos que apresentam padrões de gênero machistas⁴ têm maior propensão a se envolverem com práticas agressivas (Gomes e Costa, 2014). Ainda de acordo com Gomes e Costa (2014, p.90) “pode-se inferir que muitos desses padrões são ensinados por regras⁵ [...]”, o que sugere que a comunidade encontre justificativas para violências contra as mulheres a partir de normas sociais, isto é, regras com base nas relações de gênero. Tais justificativas, então, são possíveis hipóteses que contribuem para a continuidade da mulher em um relacionamento abusivo e possível exclusão social. Diante o entendimento desse cenário (de submissão) das mulheres, é possível considerar que a inclusão delas em contextos e atuações sociais, levando em conta padrões comportamentais de autonomia e independência, pode ser parte de um processo de planejamento cultural. As contingências de todas as práticas culturais envolvidas nesse processo inclusivo podem ser reconhecidas como práticas sociais e entrelaçam-se em interdependência para que seja efetivo o planejamento.

Sugere-se que o projeto Pró-Mulher assume papel de prática social, o qual objetivou oferecer às mulheres atendidas, além de acolhida e escuta qualificadas, alguns instrumentos que lhes possibilitassem lutar pela consolidação dos seus direitos, incluindo o gênero como categoria orientadora de políticas públicas locais. Considerando tais objetivos, observa-se que as práticas desenvolvidas no Pró-Mulher podem ser encaradas como modelo de práticas sociais que promovem a inclusão social de mulheres, a partir de repertórios que configuram maior possibilidade de voz ativa e liberdade na defesa e garantia de seus direitos. E com isso, observa-se também traços para planejamento de um cenário cultural

3 “Pode ser definido como uma tendência de um indivíduo sentir-se como pertencente ao seu sexo biológico ou ao sexo oposto. A Identidade de Gênero resultaria da interação entre: a) o sexo biologicamente determinado; b) a preferência e o desempenho (adoção) de comportamentos socialmente aprovados e; c) a direção da responsividade sexual para pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto.” (Sant’Ana, 2003, p.157).

4 Compreende-se o machismo como uma imposição submete à mulher neutralidade social nos contextos e comunidade que está inserida.

5 Para maior detalhamento recomenda-se a leitura de Gomes e Costa (2014).

que se mostre mais sensível e apto para auxiliar e apoiar mulheres de tal forma que os índices de violência possam sejam expressivamente diminuídos em sua ocorrência.

Durante o período em que o projeto foi desenvolvido houve redução da reincidência de comportamentos violentos ou agressivos por parte dos homens encaminhados tanto pela SEMULHER, quanto pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Maringá, ambas voltadas para o apoio de mulheres vítimas de agressão. Pode-se hipotetizar que o trabalho realizado junto a esses homens foi um fator gerador de mudanças positivas em sua prática comportamental enfatizando a possibilidade de intervenções alternativas voltadas para a reeducação de padrões de comportamento agressivo dos homens autores da violência contra a mulher. Além disso, os dados quantitativos e qualitativos do projeto e da 5ª Vara, contribuíram na construção de alicerces para o planejamento de políticas públicas locais de combate à violência contra a mulher e de seu impacto na qualidade de vida das famílias.

Além das mudanças comportamentais ocorridas com os participantes atendidos, os acadêmicos do projeto Pró-Mulher desenvolveram atividades que possibilitaram a interação universidade-comunidade ampliando sua aprendizagem e suas competências técnicas. A combinação feita pelas pessoas, entre o que aprendem e sua sociabilidade, diz respeito à formação do fenômeno que é denominado de cultura (Glenn ,2004). Nesse sentido, todos os envolvidos se mobilizaram em movimento de novas práticas.

Pelo contato teórico e prático com metodologias específicas de atendimento às pessoas em situação de violência ou vulnerabilidade social, questões de gênero, raça, e outras especificidades que atravessam o trabalho desenvolvido, o projeto contribuiu não só para formação técnica do acadêmico ou profissional, como também da construção do raciocínio crítico diante de normas e valores sociais que produzem as formas de violência estudadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender que a natureza dos problemas humanos é comportamental, que a Psicologia é uma ciência e, como tal, tem um compromisso social, trabalhos como o aqui descrito ampliam as evidências da eficácia das técnicas utilizadas e contribuem para o entendimento dos processos, desenvolvimento e variáveis que mantêm as práticas culturais tornando possível propor mudanças dessas práticas, assim como ampliar as alternativas de inovações planejadas e efetivas de cultura. Com enfoque sobre as práticas culturais, dentre as mudanças culturais possíveis, reafirma-se a Lei Maria da Penha (11.390/06) como um primeiro limite a ser seguido nas relações interpessoais gerando efeitos entre homens e mulheres em diversos contextos. O Pró-Mulher pode ser considerado, para as mulheres, um modelo de práticas sociais que oportuniza o desenvolvimento de um repertório com uma postura mais ativa e que configure maior liberdade no exercício de seus direitos. As atividades desenvolvidas durante a vigência do projeto se mostraram efetivas na

redução de demandas individuais específicas de mulheres e homens inseridos em relações violentas promovendo nos agressores e agredidas descrições verbais sobre a emissão de comportamentos incompatíveis com a agressão e forneceram dados passíveis de utilização pelo poder público na implementação integral da Lei Maria da Penha (11.390/06) no município. No âmbito acadêmico, o projeto forneceu bases para uma inserção na prática profissional dos estagiários, ganhou espaço e reconhecimento de pesquisa e extensão institucional e despertou o interesse de outras áreas para possíveis pesquisas futuras. A parceria interdisciplinar, envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento e de outros dispositivos da rede de proteção à mulher do município mostrou-se produtiva e foi indispensável na ampliação do olhar para o tema da violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

American Psychological Association [APA]. *Apa Style* (6a ed.). Washington, DC: APA. Recuperado em 20 de maio de 2021, de <http://www.apastyle.org/>. Brasil. (1994). *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*. Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Belém (PA).

Brasil. (2004). *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Brasil. (2006). Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Recuperado de <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496319/000925795.pdf>.

CFEMEA. (2014). *Tolerância institucional à violência contra as mulheres*. Brasília, DF.

Del Prette, A.; Del Prette, Z. A. P. (2003). *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: questões conceituais, avaliação e intervenção*. Campinas: Alínea. Fontana, M.; Santos, S. F. (2001). Violência contra a mulher. In: BRASIL. *Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos*. Saúde da mulher e direitos reprodutivos: dossiês. São Paulo. p. 101-128.

Gleen, S. S. (2004). Individual behavior, culture and social change. University of North Texas: *The Behavior Analyst*. 27(2), 133-151.

Glenn, S. S. & Malagodi E. F. (1991). Process and content in behavioral and cultural phenomena. *Behavioral and Social Issues*, 1, 1-14.

Glenn, S. S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behavior Analysis and Social Action*, 5, 2-8.

Glenn, S. S. (1988). Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11, 161-179.

Glenn, S. S. (1991). Contingencies and metacontingencies: Relations among behavioral, cultural, and biological evolution. In P. A. Lamal (Ed.), *Behavioral Analysis of Societies and Cultural Practices*. New York: Hemisphere Publishing, 39-73.

Godinho, B. D. G. M. *Posicionamento skinnerianos quanto ao uso do controle aversivo pelas agências de controle*. (2011). Dissertação de Mestrado em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós Graduação em Análise do Comportamento, Londrina, PR, Brasil.

Gomes, H. C. da R.; Costa, N. (2014). *Violência contra mulher: uma pesquisa empírica sobre regras descritivas comuns na sociedade ocidental*. Acta Comportamentalia Vol. 22, núm. 1 pp. 89-100.

Gomes, R. *et al.* (2005). Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília. p. 117-140.

Hasse, M.; Vieira, E. M. (2014). Como os profissionais de saúde atendem mulheres em situação de violência? Uma análise triangulada de dados. *Saúde debate*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 482-493, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000300482&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2021.

Hasse, M.; Vieira, E. M. (2017). Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. *Interface*. Botucatu, v. 21, n. 60, p. 52-62. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000100052&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2021.

Lisboa, T. K.; Nothhaft, R. J. (2018). Lei Maria da Penha e a regulamentação das intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil. In: Seminário Internacional Demandas Sociais E Políticas Públicas Na Sociedade Contemporânea, 13. Santa Cruz do Sul. *Anais eletrônicos*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2018. Disponível em <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18819/1192612080>. Acesso em: 05 jun. 2021.

Moreira, M. B. (Org.) (2013). *Comportamento e Práticas Culturais*. Brasília: Instituto Walden 4.

Sant' Ana, V. L. P. (2003). Identidade sexual e identidade de gênero. In: M. Z. da S. Brandão, F. C. de S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva, & S. M. Oliane (Orgs). *Sobre comportamento e cognição: clínica pesquisa e aplicação*. v. 12. Santo André, SP: Esetec Editores Associados.

Sanzovo, V. C. (2014). *Estudo sobre a relação entre educação e a evolução da cultura no comportamentalismo radical*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B.F. (1991). *Questões Recentes na Análise Comportamental*. Campinas: Papyrus.

Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. 11a ed. São Paulo: Martins Fontes.

Skinner, B.F. (1983). *O Mito da Liberdade*. Tradução de Elisane Rebelo. São Paulo: Summus Editorial.

Skinner, B.F. (1984). The evolution of behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 41, 2. Teles, M. A. A. (2007). *O que são os direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense.

Villa, M. B.; Del Prette, Z. A. P. (2018) *Inventário de Habilidades Sociais Conjugais*: manual de aplicação, apuração e interpretação. São Paulo: Pearson Clínicas Brasil.

World Health Organization (WHO). (1996). *Global consultation on violence and health*. Geneva, WHO.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 102, 103, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Adolescente 69, 78, 81, 86, 87, 89, 92, 97, 98, 99, 100, 107

Assentamentos rurais 92, 93, 96, 100

C

Compliance 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181

Criança 53, 69, 78, 81, 86, 87, 89, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 107, 113, 149, 158

D

Decolonialidade 14

Democracia 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 19, 25, 26, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 55, 59, 60, 65, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95

Direito constitucional 2, 11, 29, 170, 222

Direito empresarial 196, 197, 200, 201, 204, 206, 209, 210

Direitos humanos 4, 12, 16, 19, 23, 30, 32, 34, 42, 43, 44, 52, 53, 54, 55, 70, 81, 91, 99, 126, 145, 146, 151, 152, 157, 159, 160, 161, 162, 168, 222

Direito tributário 213, 219, 220, 221

Ditadura militar 42, 43, 45, 48, 49, 54, 55, 56

E

EIRELI 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Elisão fiscal 211, 212, 213, 214, 218, 219, 220

Eutanásia 1, 2, 3, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13

Exclusão 18, 21, 143, 148, 153

F

Filhos 44, 55, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 113, 114, 116, 117, 137, 189

G

Gênero 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 74, 76, 81, 82, 93, 126, 136, 137, 143, 144, 146, 186

Gestores 61, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 90, 175

I

Idosos 102, 103, 107, 141

Indígenas 4, 16, 18, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 96

J

Justiça 6, 13, 14, 15, 16, 19, 23, 24, 30, 32, 43, 48, 49, 55, 56, 59, 61, 73, 74, 82, 83, 90, 91, 95, 96, 114, 116, 117, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 187, 190, 191, 192, 196, 197

M

MEI 184, 186, 189, 193, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210

Mulher 15, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 50, 51, 70, 81, 90, 104, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

P

Pluralismo jurídico 68, 70, 71, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91

Políticas públicas 7, 14, 15, 20, 22, 23, 24, 34, 35, 40, 68, 69, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 99, 100, 125, 126, 133, 135, 136, 137, 143, 144, 146, 174, 219, 222

População em situação de rua 120, 124, 125, 126, 129, 133

R

Reforma agrária 57, 58, 59, 63, 65, 66, 95, 100

S

Surdos 148, 149, 150, 151, 156, 157, 158, 159, 162, 164, 165, 166, 168

T

Teoria 2, 4, 8, 10, 11, 12, 29, 30, 31, 41, 68, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 82, 83, 85, 89, 90, 108, 109, 110, 111, 112, 140, 154, 155, 156, 181, 185, 197, 210, 220, 222

Teorias da justiça:

Justiça e exclusão



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021

Teorias da justiça:

Justiça e exclusão



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2021